



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA

ELANE DOS SANTOS DE SOUSA
RAYLANA QUELLY PANTOJA DE AQUINO

**AS PERCEPÇÕES DA SALA DE AULA: a importância da Sociologia e a Medida
Provisória 746/2016**

MACAPÁ
2020

ELANE DOS SANTOS DE SOUSA
RAYLANA QUELLY PANTOJA DE AQUINO

**AS PERCEPÇÕES DA SALA DE AULA: a importância da Sociologia e a Medida
Provisória 746/2016**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Sociologia da Universidade Federal do Amapá, como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Sociologia.

Orientador: Prof. Ms. Luciano Magnus de Araújo

MACAPÁ
2020

ELANE DOS SANTOS DE SOUZA
RAYLANA QUELLY PANTOJA DE AQUINO

**AS PERCEPÇÕES DA SALA DE AULA: a importância da Sociologia e a Medida
Provisória 746/2016**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Licenciatura em Sociologia da
Universidade Federal do Amapá, como requisito
para a obtenção do título de Licenciado em
Sociologia.

Macapá, ___ de _____ de ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ms. Luciano Magnus de Araújo (UNIFAP/Orientador)

Prof. Esp. Raimundo de Lima Brito (UNIFAP/Avaliador)

Prof. Dr. Manoel de Jesus Souza Pinto (UNIFAP/Avaliador)

MACAPÁ
2020

RESUMO

Este artigo tem como *locus* de pesquisa as escolas estaduais Profª Nanci Nina da Costa e a Reinado Damasceno, ambas localizadas na cidade de Macapá, capital do Estado do Amapá. Mediante as observações e inquietações das autoras ao lecionarem no 1ª, 2ª e 3ª ano do ensino médio, elencou-se o seguinte problema de investigação: Quais as percepções dos docentes da disciplina de Sociologia quanto a Reforma do Ensino Médio, em específico, no tocante da Medida Provisória 746/2016? Visto isso, o objetivo geral deste trabalho consiste em analisar as perspectivas dos docentes quanto a Reforma do Ensino Médio e o ensino da Sociologia, tendo como objetivos específicos realizar um levantamento dos fundamentos históricos da Sociologia, suas intermitências no ensino médio e a relevância do conhecimento sociológico para a compreensão da realidade social. Como procedimentos metodológicos, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e a qualitativa, adotando a entrevista como instrumento de coleta de dados. Por conseguinte, constatou-se que a referida Medida Provisória fragiliza o trabalho docente tal como busca deslegitimar o conhecimento sociológico como campo de saber relevante para a formação crítica e para o exercício da cidadania.

Palavras-chave: Ensino da Sociologia. Ensino Médio. Medida Provisória 746/2016.

ABSTRACT

This article focuses on the state schools Prof^a Nanci Nina da Costa and Reinado Damasceno, both located in the city of Macapá, capital of the State of Amapá. Through the observations and concerns of the authors when teaching in the 1st, 2nd and 3rd years of high school, the following research problem was listed: What are the perceptions of teachers of the discipline of Sociology regarding the Reform of High School, in particular, regarding the Provisional Measure 746/2016? In view of this, the general objective of this work is to analyze the perspectives of teachers regarding the Reform of High School and the teaching of Sociology, with the specific objectives of conducting a survey of the historical foundations of Sociology, its intermittencies in high school and the relevance of knowledge sociological understanding of social reality. As methodological procedures, bibliographic and qualitative research were used, adopting the interview as an instrument of data collection. Therefore, it was found that the aforementioned Provisional Measure weakens the teaching work as it seeks to delegitimize sociological knowledge as a relevant field of knowledge for critical training and the exercise of citizenship.

Key-words: Teaching of Sociology. High school. Provisional Measure 746/2016.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA SOCIOLOGIA E SEUS DESDOBRAMENTOS ATUAIS.....	9
3 O ENSINO DE SOCIOLOGIA: apontamentos didáticos e metodológicos.....	12
4 REFORMA DO ENSINO MÉDIO E SUAS IMPLICAÇÕES NO ENSINO DA SOCIOLOGIA.....	16
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE DOS DADOS.....	21
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS.....	28
APENDICE A – ROTEIRO DE PERGUNTAS.....	30

INTRODUÇÃO

A inclinação pessoal e acadêmica em realizar essa pesquisa é oriunda das observações e inquietações no decorrer das nossas práticas docentes ministrando a disciplina de Sociologia, no ensino médio nas escolas estaduais Prof^a Nanci Nina da Costa e a Reinado Damasceno, na cidade de Macapá. A atuação nessas unidades de ensino surgiu no momento em que estávamos cursando a disciplina Práticas de Ensino IV, sob a orientação do professor Luciano Magnus de Araújo, no curso de Licenciatura em Sociologia na Universidade Federal do Amapá, que se estendeu de 2017 a 2018.

O ensino da Sociologia e suas múltiplas abordagens sociais, políticas e culturais no ensino médio, é a vertente na qual temos interesse e, além disso, sua importância para os indivíduos é crucial, no sentido de fornecer uma compreensão crítica e desnaturalizada da realidade social. Portanto, essa investigação comunga com os nossos interesses pessoais e profissionais, haja vista que atuaremos como professoras desta disciplina.

É perceptivo que trabalhar com a disciplina de Sociologia, é trazer para a sala de aula assuntos que emergem do próprio cotidiano em que os jovens estão inseridos e daí, portanto, observa-se sua importância. Logo, a construção do conhecimento em Sociologia supõe a escolha de temáticas sociais emergentes e o entendimento das teorias sociológicas explicativas da realidade, com seus conceitos inter-relacionados (ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2014).

Conforme os referidos autores alguns desafios da Sociologia consistem em levar os discentes a compreenderem as várias dimensões da realidade – política, econômica, cultural, ideológica, científica, religiosa -, bem como diferentes visões interpretativas, de maneira articulada e simultânea, sem pretensão de exauri-las.

Acrescenta-se a isto, o fato da perspectiva sociológica ancorar-se nos estudos dos fenômenos sociais empiricamente, juntamente com as discussões teóricas e a revisão de literatura; observando, de maneira disciplinada e sistemática, os padrões de comportamento e ideias; descrevendo e classificando os fenômenos com o máximo de fidelidade às suas expressões; comparando essas ocorrências com outras similares em sociedades distintas e em momentos históricos diferentes. A ótica sociológica, portanto, tenta demonstrar que o resultado das pesquisas não são apenas opiniões, mas a consequência de um esforço reflexivo para descobrir as causas ou os sentidos dos fenômenos pesquisados (RAMALHO, 2012).

Isto posto, durante as discussões e reflexões tecidas na sala de aula nas escolas *locus* desta pesquisa, a discussão da Reforma do Ensino Médio estava aflorada, promovendo amplos debates e polêmicas, e nisto emergiram alguns questionamentos em nossa prática docente referente a relevância do ensino de Sociologia, tais como: qual perspectiva dos professores sobre a importância da Sociologia? Qual a sua concepção sobre a luta pela permanência da disciplina no Ensino Médio? Existe interesse por parte dos docentes em acompanhar esses processos? Feito isso, elaboramos a seguinte indagação como problema de pesquisa: quais as perspectivas dos professores das referidas escolas sobre a Reforma do Ensino Médio, com a Medida Provisória 746/2016?

Ressaltamos que a sobredita Medida Provisória, tornou-se a lei 13.415/2017, que ficou conhecida como a Reforma do Ensino Médio. Esta pauta estava em efervescência no período em que estávamos estagiando (2017-2018), porém, até então a lei ainda não modificou a grade curricular no estado do Amapá e não podemos afirmar que a Sociologia foi banida do currículo escolar, como será demonstrado no transcurso deste trabalho. Por esse motivo, iremos discorrer nesta investigação sobre as nossas percepções em sala de aula e dos docentes entrevistados, no sentido de mobilizar e continuar lutando pela obrigatoriedade da disciplina e sua aplicação com maior responsabilidade social.

Assim, o objetivo central deste trabalho consiste em averiguar as perspectivas dos docentes quanto a Reforma do Ensino Médio das duas unidades de ensino *locus* desta investigação. Além disso, elencamos os seguintes objetivos específicos, a saber: realizar o levantamento dos fundamentos históricos da sociologia, bem como suas intermitências no ensino médio e relevância do conhecimento sociológico para a compreensão da dinâmica social.

Em relação aos procedimentos metodológicos, adotamos a pesquisa bibliográfica com base nos textos científicos atinentes ao ensino de Sociologia, sobretudo, os utilizados quando cursamos as disciplinas de Prática de Ensino I, II, III e IV. Aderimos, também, a pesquisa qualitativa e empregamos o instrumento da entrevista com perguntas direcionadas aos docentes das referidas escolas como instrumento de coleta de dados, totalizando duas entrevistas realizadas para este trabalho.

Por fim, este trabalho está dividido em uma introdução e cinco seções. A primeira seção, trata dos processos históricos, sociais e culturais do surgimento da Sociologia enquanto ciência e sua incorporação enquanto disciplina. A segunda, por sua vez, elenca a Reforma do Ensino Médio e as intermitências do ensino da Sociologia. A terceira discorre sobre os apontamentos didáticos no ensino de Sociologia. A quarta seção

aborda os procedimentos metodológicos e a interpretação dos dados aprendidos. Por último, a quinta seção apresenta os resultados desta investigação.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA SOCIOLOGIA E SEUS DESDOBRAMENTOS ATUAIS

É sabida a abundância de produção teórica sobre o surgimento da Sociologia, portanto, deter-se no aprofundamento deste recorte temático ultrapassaria os limites deste trabalho. Desta forma, o intento central desta seção consiste em situar brevemente o contexto sócio-histórico e os pressupostos epistemológicos, que desencadearam o nascimento da referida disciplina. Feito isso, iremos focar nos seus desdobramentos atuais, no sentido de evidenciar sua relevância no ensino médio e para os indivíduos, de forma geral.

Algumas indagações permeiam e incomodam os estudiosos que se ocupam de pensar a realidade social desde a Grécia Antiga. Perguntas tais como: Por que vivemos em sociedade? A história é conduzida pelo indivíduo ou pela sociedade? Qual a relação entre sujeito e coletividade social? Essas e outras questões, longe de serem inquietações exauridas em tempo-espacos específicos, são eixos analíticos aos quais os sociólogos se debruçam historicamente (BRIDI; ARAÚJO; MOTIM, 2014).

Assim compreendido, conforme afirma Sell (2015), a Sociologia é uma ciência profundamente envolvida com a sociedade moderna, ao passo que a investigação sociológica constitui um dos meios pelo qual a modernidade tomou consciência de si mesma. Esta forma de conhecimento, portanto, reflete as preocupações e necessidades que assolam o ser humano de seu tempo.

Dado os apontamentos iniciais desta disciplina, cabe-nos discorrer agora sobre seus apontamentos históricos para, assim, compreender seus desdobramentos formativos atuais. A Sociologia é uma forma de conhecimento científico originada no século XIX, visto que, seu surgimento é atravessado por um duplo processo: fatores históricos e fatores epistemológicos, isto é, as transformações na estrutura da sociedade, assim como as transformações na maneira de pensar e abordar a realidade (SELL, 2015).

Sob a ótica dos fatores histórico-sociais, três expressivos acontecimentos são elencados como fundamentais para o surgimento da Sociologia, pois abalaram diretamente os alicerces da dinâmica social. Tais fatos foram: a Revolução Industrial, a Revolução Francesa e a Revolução Científica. Respectivamente, a primeira condiz com

um fator de ordem econômica, isto é, a Revolução Industrial, com o advento das máquinas, operou mudanças sociais significativas:

O surgimento das máquinas alterou completamente as formas de interação humana, aumentando a produtividade e instaurando novas classes sociais: a burguesia e o proletariado. Junto com as mudanças econômicas vieram à tona fenômenos sociais radicalmente novos, como a urbanização, a aceleração do tempo, a família nuclear e uma série de problemas sociais, como a proletarianização, novas formas de pobreza e conflitos sociais. (SELL, 2015, p. 16).

Outro fator que impulsionou o nascimento dessa ciência diz respeito a uma dimensão política. A Revolução Francesa, ocorrida em 1789, anunciou novos ideais políticos e inaugurou novas formas de organização de poder. O sobredito acontecimento histórico tencionou as tradições políticas da Europa, uma vez que resultou na queda da monarquia e a instauração do sufrágio eleitoral democrático, os direitos do homem e as noções de liberdade, fraternidade e igualdade.

O terceiro mecanismo sócio-histórico condiz à esfera cultural, tendo o Iluminismo e o Renascimento como seus eixos centrais. O primeiro evento histórico, designa um movimento intelectual que objetivava entender e organizar o mundo a partir da razão. Em suma, a razão era incorporada como a luz que cessaria com as trevas, entendidas como a monarquia e a religião. O renascimento, por sua vez, teve como pilar central colocar o homem (antropocentrismo) no lugar de Deus (teocentrismo).

Dado isso, os acontecimentos históricos supramencionados desencadearam profundas modificações na estrutura da sociedade, alterando as relações sociais, políticas e culturais, dando início a estruturação do mundo em que vivemos hoje. Logo, as Revoluções Industrial e Francesa e o Iluminismo sintetizam, historicamente, o movimento de transição entre os períodos históricos da idade média e da idade contemporânea (SELL, 2015).

Nesse sentido, os primeiros teóricos da Sociologia formularam suas obras, teorias, perspectivas, no sentido de compreender o caráter das rupturas com a idade média, bem como explicar as diferenças do mundo moderno com o passado. Assim, pode-se afirmar que os clássicos da Sociologia – Karl Marx, Émile Durkheim, Max Weber –, foram grandes interpretes da modernidade:

Quais as causas destas transformações? Para onde elas apontam? De que modo elas alteram as formas de sociabilidade humana? O que fazer diante destes novos fatos? De que forma as forças sociais em luta podem se posicionar diante destes fenômenos? A sociologia nasceu da consciência da intensidade das mudanças em curso e da necessidade de buscar respostas para as perguntas

acima. Em outros termos, a sociologia nasceu da constatação de que a ordem social moderna desorganizou as formas de convívio social, gerando problemas novos que reclamavam interpretações e soluções inovadoras. (SELL, 2015, p.18).

Além das rupturas e transformações na estrutura na sociedade, outro fator substancial para o aparecimento da Sociologia foi de ordem epistemológica, isto é, uma nova forma de pensar e interpretar a realidade social. Este saber consiste no universo do positivismo¹, que norteou a configuração da ciência da sociedade no século XIX, fazendo analogia metódica com as ciências naturais (BRIDI; ARAÚJO; MOTIM, 2014).

Cabe ressaltar, que os intelectuais no século XIX – período do surgimento da disciplina – já estavam tentando explicar e compreender os fenômenos sociais, culturais e políticos, todavia, pelo viés da filosofia, sobretudo, da filosofia política. Na história do pensamento filosófico, podemos citar, no mundo grego, as teorias de Platão e Aristóteles; já na era moderna, os teóricos do contrato social, a saber: Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau.

Visto isso, o que os fundadores da Sociologia propuseram, acima de tudo, foi uma maneira de pensar e explicar a vida social e coletiva, aplicando as concepções da ciência ao estudo dos fenômenos sociais:

Com o surgimento da sociologia, as questões da filosofia política são retomadas e ampliadas, pois ela opera um deslocamento tanto no objeto quanto no método da reflexão política. Não se trata mais de se referir apenas ao fenômeno do poder político, como fazia até então. O pensamento deveria deslocar-se para além da “pólis” ou mesmo do “Estado”, como fizeram os autores da filosofia até aquele momento. O que os estudiosos da sociologia desejavam é que esta nova ciência abarcasse todos os fenômenos sociais, incluindo a ordem econômica, política e cultural em um único conjunto que pudesse ser estudado com o auxílio do método experimental. É desta forma que nasce a “ciência” do “social”. (SELL, 2015, p.22).

Ao reivindicarem o estatuto de ciência para a Sociologia, os primeiros cientistas sociais adotaram técnicas e métodos das ciências naturais, logo, a escola positivista no interior da sociologia preconizava que a sociedade era regulada por leis invariáveis e independentes da ação humana. Deve-se assinalar, sobretudo, alguns contrapontos

¹ De acordo com Bridi, Araújo e Motim (2014), o Positivismo significa uma filosofia originária no século XIX e inspirada nos métodos das ciências naturais, propõe transpô-los como critérios para uma ciência da sociedade de caráter moral. A sociedade seria regida por leis naturais e a ciência um instrumento de intervenção do homem na realidade. O positivismo considera a descoberta das leis de funcionamento da natureza como verdades científicas e, ao se deter na observação e experimentação dos fenômenos, privilegia os fatos, toma-os como dados, evidências que devem ser perseguidas e demonstradas. A lógica positivista tenta eliminar a subjetividade e a visão de mundo do investigador, para obter um conhecimento objetivo.

epistemológicos e procedimentais entre a abordagem das ciências da natureza e da Sociologia.

Na ótica das ciências da natureza, os fenômenos são observáveis, quantificáveis, passíveis de explicação por leis físicas e princípios universais. Nesse processo existe uma relação neutra do pesquisador com o objeto de estudo, o que, na investigação sociológica, a tônica não é a mesma. Isto decorre pelo fato dos fenômenos sociais serem provenientes da ação humana, ou seja, de caráter subjetivo; logo, o cientista social era desafiado, pois recomendava-se que ele deveria “estar fora” para não contaminar o objeto observado com suas próprias ideias e visão do mundo (BRIDI; ARAÚJO; MOTIM, 2014).

Isto posto, o primeiro teórico a utilizar o nome sociologia foi Auguste Comte², que a denominou inicialmente de “Física Social”, em sua obra Curso de Filosofia Positivista (1830), que tinha como objetivo aplicar o método científico ao estudo da realidade social. Em 1839, conforme afirma Sell (2015), Comte alterou o nome desta ciência para “Sociologia” (do latim “socios” e do grego “logos” que significa estudo do social), nome que perdura até hoje.

É certo que a perspectiva positivista na Sociologia e a defesa da separação do pesquisador e o objeto de estudo, tenha sido questionada e superada. Porém, não é por caso que Augusto Comte é considerado o pai fundador desta ciência, pois, a sua relevância consiste, sobretudo, por ter elaborado uma definição e um método para o estudo dos fenômenos sociais, que até então não existia.

O ENSINO DE SOCIOLOGIA: apontamentos didáticos e metodológicos

Na contemporaneidade é recorrente presenciar discursos e ataques contra a presença da Sociologia no ensino médio, no sentido de afirmarem que esta disciplina tende a ideologizar os estudantes. Objetivando descortinar essa perspectiva, bem como apontar que o ensino de Sociologia não consiste meramente em opiniões pessoais, nesta seção buscaremos realizar apontamentos didáticos atinente ao ensino desta disciplina no ensino médio.

² Augusto Comte nasceu no dia 19 de janeiro de 1798, em Montpellier, de família católica e monarquista. É considerado o fundador da sociologia, razão pela qual o estudo do seu pensamento é o ponto de partida para o entendimento histórico da disciplina (SELL, 2015).

Em face do contexto do fenômeno globalização³ e, conseqüentemente, as inúmeras mudanças sociais, econômicas e cultural, o espaço escolar – como constructo histórico e não universal -, tende a formatar-se conforme o período histórico. De início, também é válido salientar que as unidades de ensino refletem os interesses da sociedade. Por isso, a escola hodiernamente deve-se repensar sua forma de ensinar, razão das múltiplas informações que atravessam o cotidiano dos discentes e do espaço escolar.

A desintegração social, que nos bate à porta, recoloca a importância da formação integral, intelectual e política, que preserve o compromisso com a vida e os valores humanistas. Trata-se de uma necessidade histórica, embora isso não signifique acreditar na escola como salvadora ou redentora dos homens, visto que um conjunto de fatores, para além do alcance da escola, interfere de modo a não ser ela a única responsabilizada pela atual ordem das coisas que vivemos. (BRIDI, ARAÚJO e MOTIM, 2014, p. 89).

Diante do exposto, é relevante situar que a escola não é o espaço messiânico incumbido de formar o indivíduo integralmente; isto, cabe ressaltar, não condiz em desresponsabilizar o corpo escolar da sua função social, mas sim, reconhecer que a identidade do estudante é constituída por um processo denso, envolvendo outras dimensões, tais como a esfera familiar. O estudante ao ingressar na unidade de ensino, já traz consigo valores e conhecimentos prévios, devido a isso, o espaço escolar é marcado pela diversidade cultural, sendo um lugar onde múltiplas identidades culturais e sociais se encontram e convivem.

Assim sendo, a escola propõe uma função socializadora, objetivando uma educação voltada para a cidadania e ocupada com a formação e resgate de valores caros à humanidade devendo necessariamente levar em conta a diversidade cultural existente (BRIDI, ARAÚJO e MOTIM, 2014). Propor um ensino fincado na compreensão da imensa diversidade de grupos sociais que constituem a sociedade, diz respeito a romper preconceitos e estereótipos presentes no meio social, ao qual ultrapassam os muros da escola.

A esta altura da argumentação, é pertinente a seguinte indagação: Como trabalhar a sociologia no Ensino Médio? Qual a relevância desta disciplina para os estudantes? Para clarificar tal pergunta, iremos mesclar algumas de nossas percepções na

³ É um processo cultural que se acentuou a partir da segunda metade do século XX. Compreende processos de internacionalização dos mercados produtivos para além das fronteiras nacionais, constituindo amplas redes de relações interfirmas e integrando os grupos econômicos, as empresas transnacionais e as instituições econômicas aos mercados financeiros mundiais, mediante o uso de redes globais suportadas pelas tecnologias da informação (BRIDI, ARAÚJO e MOTIM, 2014).

prática docente no período da disciplina Prática de Ensino IV, bem como o referencial teórico elencado para este trabalho.

A princípio, quando fomos para a sala de aula, percebemos as discrepâncias existentes entre a prática e a teoria, isto é, de quanto o conteúdo que aprendemos na graduação por vezes se distancia da realidade sociocultural dos discentes. Compreendemos que esta é uma percepção corriqueira na mente no graduando ao lecionar no ensino médio de uma escola pública pela primeira vez.

Logo, a dialética é necessária para uma prática docente exitosa. Além disso, também constatamos que a Sociologia é compreendida, por parte de alguns discentes, como uma disciplina que expressa opiniões pessoais, a lógica do entendimento seria essa: basta ter alguma opinião sobre determinado fenômeno social para entender e passar na disciplina.

Visto isso, Ramalho (2019) afirma, que uma característica expressiva dos ocidentais é a conversa. Conversar sobre alguém ou alguma coisa, não importa o lugar; seja na fila do banco, na praça ao caminhar, na parada de ônibus etc. E nesse bate-papo os assuntos são diversos, tais como: as últimas eleições, o filme que assistimos, a pobreza existente no país, o amigo que passou no vestibular, sobre sexualidade, a desigualdade social existente no país, dentre outros. Nesse sentido, o referido autor concorda que a Sociologia pode ser compreendida como um bate-papo:

A sociologia também pode ser entendida como uma espécie de bate-papo. A conversação sociológica também se interessa por tudo o que existe no mundo social humano. Os sociólogos discutem sobre religião, família, sexualidade, trabalho, meios de comunicação, criminalidade, moda e muitos outros fenômenos sociais ou, como preferem alguns sociólogos, fatos sociais, que seriam aos nossos modos de agir e de pensar, herdados de gerações anteriores, mas permanentemente ajustados às novas situações e expectativas. É importante destacar que esses fenômenos não dependem, exclusivamente, dos indivíduos, mas resultam de processos extremamente complexos no interior de cada grupo. (RAMALHO, 2012, p.10).

Conforme o exposto, compreende-se que a Sociologia abrange os mais diversos aspectos da dinâmica social, porém a distinção da concepção do senso comum e o conhecimento sociológico é crucial para entendermos o propósito desta disciplina. As opiniões e expressões pessoais que emitimos sobre determinados assuntos, presentes na lógica do bate-papo supramencionado, muitas vezes é permeado de preconceitos e impressões subjetivas e fragmentárias, que são munidas de valor por parte de quem as emite. Essa forma de conhecimento, sem uma reflexão crítica e reflexiva, pode-se denominar de senso comum.

O conhecimento sociológico, por sua vez, procura compreender o mundo social através do método científico, por meio do qual os sociólogos podem observar, medir, classificar, explicar e, então, compreender os fenômenos sociais (RAMALHO, 2012). Vale sublinhar, que isto não significa dizer que os valores pessoais não fazem parte do ofício do sociólogo, mas sim, que a formação acadêmica, pautada pelos procedimentos técnicos, auxiliam no sentido de minimizar a interferência dos nossos valores.

Um dos exercícios centrais inerente à Sociologia crítica, apontados por Bridi, Araújo e Motim (2014), é o processo de desnaturalização. Tal processo possibilita o estudo da diversidade dos povos, por ser compromisso da educação trabalhar a multiplicidade de culturas e visões de mundo como atitudes de respeito ao outro, desnaturalizando os lugares sociais, o que é eminentemente social e fruto de políticas constituídas pelos seres humanos, historicamente.

Não obstante, os referidos autores apontam que a escola hoje é desafiada a ajudar o aluno no processo de analisar os fenômenos sociais e o que foi produzido através desses nos processos sociais, bem como ideologias justificadoras da desigualdade social. Neste sentido, esse exercício de descoberta das contradições sociais e do papel dos opostos implica refletir, discutir, analisar sistematicamente e intencionalmente tais questões, para construir e propor alternativas.

Deve-se atentar, também, para o entorno social da escola e na realidade social e cultural em que o discente está inserido, para que os conteúdos apreendidos na sala de aula seja valioso e tenha um sentido prático na vivência do estudante.

O conhecimento acumulado e a própria dimensão do “para quê” devem estar presentes e nortear a proposta da escola e do professor ao ensinar sociologia. Por sua vez, os conteúdos trabalhados são meios e não encerram um fim em si mesmo, por isso, o projeto educativo deve ser significativo para os sujeitos envolvidos, principalmente para o que se busca em relação à humanidade. (BRIDI, ARAÚJO e MOTIM, 2014, p. 94).

Mediante o exposto, compreende-se que os conhecimentos trabalhados em sala de aula devem ser abordados à luz das experiências do discente, isto é, os saberes pedem contextualização constante, redimensionamento dos conceitos e do próprio presente. A título de exemplificar a argumentação supracitada, em uma determinada aula a qual abordamos o tema da Cultura, solicitamos que os estudantes falassem um pouco sobre o conceito a partir da música, quer dizer, eles iriam escolher uma canção que gostavam e identificar através dela apontamentos sobre o conceito de Cultura.

Avaliamos que a referida atividade foi exitosa, pois muitos estudantes conseguiram detectar o conceito de cultura, por exemplo, nos gêneros musicais de Funk e Rap, apreendendo a cultura como um sistema de códigos de significados para um determinado grupo. Dessa forma, os discentes se identificaram através da narrativa dos gêneros musicais, não somente assimilando o conceito isoladamente, mas também, observando sentido do conteúdo ensinado na sala de aula no seu cotidiano.

Isto posto, conforme afirma Bridi, Araújo e Motim (2014), o aprendizado ocorre no momento do confronto dos saberes. Isto é, quando os alunos, por exemplo, são incentivados a identificar a ideologia de um programa de televisão ou de um filme, eles colocam em xeque aqueles conhecimentos construídos por critérios de cientificidade e outras formas de conhecimento. Em suma, o processo de conhecimento na Sociologia revela-se uma chave para compreender os problemas atuais da vida do ser humano na sociedade.

REFORMA DO ENSINO MÉDIO E SUAS IMPLICAÇÕES NO ENSINO DA SOCIOLOGIA

Esta seção irá tratar do itinerário da Sociologia no Ensino Médio brasileiro até o período pertinente à reforma, mediante a Medida Provisória⁴ 746/2016, que tornou-se a Lei 13.415/2017. Buscaremos, sobretudo, delinear os principais fatores sócio-históricos que influenciaram tanto a inserção desta disciplina no currículo escolar, assim como os motivos da sua retirada. Agindo desta forma, será possível inferir apontamentos sobre as diversas fases da relação do pensamento social e a Sociologia no seu contexto histórico.

Distante de ser um ataque unicamente característico do século XXI, a Reforma do Ensino Médio expressa, conforme veremos, como os interesses políticos, sociais e econômicos, agiram e afetaram a Sociologia no currículo escolar, logo, uma das marcas expressivas desta disciplina nas matrizes curriculares é a sua intermitência, passando por diversas fases, em que o conhecimento sociológico foi visto como maléfico ou benéfico para os governos e para a sociedade, de maneira geral.

Assim sendo, as primeiras rotas aproximativas desta disciplina no território brasileiro data no final do século XIX, período findando em transformações sociais,

⁴ Medida provisória é um instrumento com força de lei, aprovado pelo presidente da República em casos de relevância e urgência. É uma decisão tomada em caráter de exceção, cujo trâmite legislativo se dá por via alternativa à usual. Tem um prazo de vigência de 60 dias úteis, prorrogável uma vez por igual período. Possui efeitos imediatos, dependendo de aprovação do Congresso Nacional para transformação definitiva em lei (MACHALA, 2019).

principalmente no que diz respeito a desagregação da estrutura escravocrata e senhorial. Apresentando-se fortemente marcada pela ciência positivista e ausente de estudos sistemáticos, a Sociologia foi incorporada pelo pensamento social brasileiro como possibilidade – no campo do saber – para a compreensão das mudanças sociais vigentes da época.

Cabe lembrar, que a disciplina foi inserida inicialmente no ensino secundário para, posteriormente, engendrar nos cursos de ensino superior.

Desse modo, nossa história sobre a sociologia enquanto disciplina escolar inicia-se no final do Século XIX no contexto do nascimento de república e difusão dos seus ideais positivistas – de oposição ao regime monárquico influenciado pela igreja – que influíram também no âmbito da educação. Ainda no final do segundo reinado, em 1882, houve a primeira sugestão da Sociologia como disciplina, pela proposição de projetos de lei que incluíssem disciplina no ensino secundário, de autoria do então deputado Rui Barbosa. (FEIJÓ, 2012, p. 135).

Observa-se que a inclinação pela ciência positivista se justifica pela vontade de uma organização social que desembocasse uma nova sociedade. Dessa forma, o positivismo tendo um dos seus eixos o progresso, era visto como alternativa fecunda na transição para a recente sociedade republicana e o ideal de modernização para o país. Conforme a referida autora, em face dos problemas sociais, a partir de 1920 o ensino das Ciências Sociais passa a ser incentivado pelas elites brasileiras com o intuito de formar lideranças e criar soluções nacionais e pacíficas para as questões sociais.

Já em 1930, ocorre a primeira reforma educacional em âmbito nacional, na qual determina a Sociologia como disciplina obrigatória nos anos finais do ensino secundário, em todas as áreas de formação daquele nível. Além disso, de acordo com Paixão (2010), na mesma década ocorre a criação dos cursos superiores de Ciências Sociais na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e a fundação da Universidade de São Paulo, que dão maior fôlego à disciplina.

Nesse período também ocorre o desenvolvimento de pesquisas e a preocupação de formação de quadros intelectuais para o desenvolvimento do país. Passa a existir, também, uma preocupação com a formação de professores secundários (principalmente para a escola normal). Em 1942, a esfera educacional era vista pelo pensamento nacional como uma forma de controle de poder ideológico sobre a população. Neste mesmo ano ocorre a Reforma Capanema, na era do governo Vargas, a qual retira a obrigatoriedade da disciplina e ela desaparece dos currículos das escolas secundárias, permanecendo nos cursos superiores.

Nota-se, que se instalava-se no país uma postura fortemente totalitária do estado, buscando controlar a educação utilizando-se da ideia do controle às aspirações comunistas. Ressalta-se, que a primeira LDB não se diferenciou grandemente da referida reforma, pois não abriu espaço para a Sociologia como matéria obrigatória no ensino secundário, mas sim, como disciplina facultativa nos currículos.

Assim, com a democratização e o término do Estado Novo, abriu-se novamente espaço para a inserção dessa disciplina no currículo do ensino médio, todavia, sorrateiramente a Sociologia é retirada novamente, no período da ditadura militar.

No contexto do golpe de 1964, a Sociologia perde ainda mais espaço, pois, apesar do regime autoritário não ter retirado completamente a Sociologia do currículo, acabou por desarticular o debate acadêmico mobilizado sobre essa temática nas décadas anteriores. Desse modo, a disciplina praticamente desapareceu dos currículos, devido ao caráter profissionalizante e pragmático atribuído ao currículo de segundo grau, com a nova legislação educacional que vigorara na década de 1970. (FEIJÓ, 2012, p.146).

Devemos assinalar, como o pensamento sociológico era vista no período militar. Esta disciplina era interpretada por parte das elites e os dirigentes governamentais, como sinônimo do comunismo, o que indicava um perigoso indicador à ordem do Brasil. A educação no período militar passou ser voltada para a formação prática do trabalho, com conteúdos que pudessem ser aplicados de modo mais imediatistas e pragmáticos.

Neste sentido, as disciplinas da área de Ciências Humanas foram drasticamente reduzidas em sua carga horária, afetando a Sociologia e a Filosofia – enquanto disciplinas voltadas à reflexão -, que foram praticamente excluídas da grade curricular, sendo substituídas por matérias de caráter ufanista, tendo por finalidade afirmar a doutrina do regime militar, como a Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e Educação Moral e Cívica (EMC).

Já em 1996, a nova LDB, lei nº 9391/96⁵, capitaneou mudanças no sistema educacional, tais como a supressão dos termos “primeiro grau” e “segundo grau”, substituindo-os por Ensino Fundamental e Ensino Médio, respectivamente. Conforme salienta Feijó (2012), o artigo 35 da lei, nos seus incisos II e III deixa clara a dimensão humana da formação do aluno no Ensino Médio, argumentando que deve ocorrer a formação cidadã e ética, além do desenvolvimento da autonomia intelectual e do

⁵ A LDB 9394/96 está disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 26 jan. 2020.

pensamento crítico, metas peculiares à Sociologia e à Filosofia, ainda que não se restrinja somente a elas.

Consta no artigo 36 da referida lei, inciso III, que “ao final do ensino médio o educando deve demonstrar domínio dos conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessário ao exercício da cidadania”. No entanto, a autora supramencionada alerta que, o artigo expressa a intenção do ensino da Sociologia e da Filosofia no ensino médio, porém, deixa lacunas para outras interpretações.

O artigo fala da obrigatoriedade dos alunos saírem do ensino médio dominando os conhecimentos filosóficos e sociológicos, mas não aborda a criação das disciplinas necessárias à assimilação desses conhecimentos, ou seja, a forma como esse aprendizado acontecerá. Em consequência disso, houve uma série de interpretações do artigo que levaram a Sociologia a figurar como uma disciplina optativa ou de caráter interdisciplinar, ou seja, a ser tratada juntamente com outras matérias já estabelecidas. (FEIJÓ, 2012, p.146).

Dado isso, somente com a lei nº11.684/08, que alterou diretamente a LDB 9394/96 no seu artigo 36, que deixa claro, agora, um novo inciso tratando da obrigatoriedade das disciplinas Sociologia e Filosofia no Ensino Médio, obrigando os estados que ainda não haviam aderido ao ensino dessas matérias a oferecer no currículo de suas escolas.

Dado o breve apontamento histórico sobredito, deteremos nossa análise a partir de agora, na lei da Reforma do Ensino Médio. A princípio, o cenário político em que tal lei foi gestada condiz à ascensão de uma agenda política conservadora originada após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff (PT) e a chegada à presidência do seu vice, Michel Temer (MDE).

Ferreira e Santana (2018) propõem uma análise interessante atinente ao contexto da reforma. Conforme os referidos autores, devemos observar esta reforma associada a Emenda Constitucional 241, apelidada de “PEC do Teto dos Gastos”, que virou lei e acabou com a vinculação obrigatória de recursos para diversas áreas sociais, inviabilizando o aumento de financiamento da educação pública por vinte anos.

Com base nisso, observa-se o desmantelamento do setor público e a valorização do mercado industrial voltado à educação, criando poderosos grupos que fazem do ensino um lucrativo negócio. Neste contexto, a lógica educacional é o mercado e a competição dita a tônica do processo de ensino e da educação, em sentido lato.

Isto posto, a Reforma do Ensino Médio, inicialmente conhecido como Medida Provisória 746/2016⁶, tornou-se a lei 13.415/2017⁷, após a aprovação no congresso nacional, constituindo-se em um ato do governo federal aliado às tendências liberais. E no ideário neoliberal a configuração é posta da seguinte maneira: o estado reduz seus investimentos sociais em nome da liberdade de mercado, o que, por sua vez, resulta na precarização da educação pública a despeito dos discursos de negação e de proclamação da sua prioridade.

O uso de Medida Provisória como instrumento de aplicação de mudanças estruturais em políticas públicas expõe um governo com dificuldade de diálogo junto à sociedade. Na MP 746/2016, sua aprovação ocorreu no congresso nacional de forma acelerada, impedindo uma discussão mais profunda com os estudantes, professores e profissionais da educação a fim de avaliar os reais impactos desta medida (FERREIRA; SANTANA, 2018). Visto isso, essa medida também foi uma tentativa de silenciar o debate educacional.

Ainda sobre a Medida Provisória como instrumento escolhido para efetuar a reforma, Machala (2019) chama a atenção para viés ideológico de tal medida, uma vez que utilizou as propagandas veiculadas pela mídia para apresentarem informações falsas aos telespectadores, na medida em que propunham a possibilidade de participação popular através de discussões que não foram viabilizadas na prática, bem como ao promoverem o pensamento de que os estudantes escolherão o itinerário formativo que quiserem, quando, em verdade, são os sistemas de ensino que escolherão os itinerários que fornecerão aos estudantes.

O texto⁸ da reforma indica português e matemática como disciplinas obrigatórias nos três anos do ensino médio, e, em contrapartida, retirou a obrigatoriedade do ensino de Artes, Educação Física, Filosofia e Sociologia do currículo. Entretanto, após forte mobilização social, o texto final foi modificado pelo congresso, passando a apresentar a obrigatoriedade de “estudos e práticas de Educação Física, Artes, Sociologia e Filosofia”.

⁶ A Medida Provisória 746 (MP 746) está disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/126992>. Acesso em: 26 jan. 2020.

⁷ A lei 13.415 está disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 26 jan. 2020.

⁸ Enfatizamos que não é o nosso objetivo expor e analisar o texto da reforma integralmente, o que ultrapassaria os limites desta pesquisa. O que importa, aqui, é averiguar os trechos específicos que tratam sobre o ensino de Sociologia.

O que devemos nos atentar, portanto, é que o texto não determina precisamente a obrigatoriedade das disciplinas, e sim, somente seus estudos, deixando margens e a incógnita de que realmente esses conteúdos serão desenvolvidos em sala de aula. Em linhas gerais, os traços da referida Medida Provisória convertida em lei, demonstra o quão a perspectiva neoliberal opera nas modificações educacionais geradas no governo Temer, em que a educação passa a funcionar para suprir os vácuos do mercado, preparando mão de obra, de preferência barata, para alicerçar a economia, ditando os caminhos da já sobredita visão neoliberal.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE DOS DADOS

Iremos nos deter, nesta seção, nos critérios metodológicos adotados neste trabalho com vias a clarificar a problemática elencada para a presente investigação, a saber: Quais as percepções dos docentes da disciplina de sociologia quanto a reforma do ensino médio, em específico, no tocante da Medida Provisória 746/2016, que tornou-se a lei 13.415/2017? Feito isso, dirigiremos nossa atenção para a interpretação e análise dos dados apreendidos.

O *locus* desta pesquisa são as escolas estaduais Professora Nanci Nina Costa e a Reinado Mauricio Golbert Damasceno; a primeira, localizada no bairro Zerão, enquanto a segunda no Novo Buritizal, ambas situadas na região sul da cidade de Macapá, capital do estado do Amapá. Nas referidas unidades de ensino, desenvolvemos as atividades propostas na disciplina de Prática de Ensino IV, bem como os Estágios Supervisionados I, II, III e IV, e através destas experiências, portanto, surgiu o interesse em realizar o presente trabalho.

Visto isso, adotamos como procedimentos metodológicos, a princípio, a pesquisa bibliográfica, dado que ela proporciona um conhecimento prévio do estágio em que se encontra determinado assunto, com informações já escritas em livros, jornais, revistas, entre outros (FILHO; SANTOS, 2011). Neste sentido, utilizamos alguns artigos e obras trabalhados na sala de aula com o professor Luciano Magnus de Araújo, assim como outras fontes bibliográficas necessárias para o trabalho.

Outrossim, também utilizamos a pesquisa qualitativa, caracterizada por apreender os múltiplos significados do universo dos sujeitos sociais. Na dimensão qualitativa, o quadro de referência, os valores e a visão de mundo do pesquisador também influenciam na análise dos dados (ANDRÉ, 1995). Por último, adotamos como

instrumento para coleta de dados, a entrevista semiestruturada, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender a questão formulada (MINAYO, 2016).

Entrevistamos uma docente da disciplina de Sociologia de cada instituição escolar, sendo que decidimos denominá-los de Professora A (da escola Nanci Costa) e Professora B (da escola Reinado Damasceno), assim, mantemos o sigilo dos interlocutores conforme orienta os procedimentos éticos previstos na Resolução 466/12, na qual regulamenta o desenvolvimento de pesquisas envolvendo seres humanos. Quanto ao formulário de perguntas, elaboramos três perguntas (Apêndice A) alicerçadas no objetivo desta investigação.

Dado isso, no sentido de compreender a relevância da abordagem sociológica do ponto de vista das docentes, elaboramos a pergunta: “Para você, qual a importância de abordar a Sociologia no Ensino Médio?”. Assim, conseguimos apreender os seguintes dados:

Considero que a importância reside no **despertar o senso crítico** do aluno, instigando-o a interpretar de maneira autônoma as relações sociais. Neste cenário o docente através do conhecimento teórico alia-o a prática social, fazendo que o aluno **analise e reflita sobre seu cotidiano de maneira crítica, independente, autônoma, que questione, que participe, que seja conhecedor de seus direitos e obrigações**. (Informação Verbal⁹, grifo nosso).

Diante do exposto, nota-se que a referida professora ressalta a importância da Sociologia no sentido amplo e da ótica da formação para o exercício da cidadania. Neste sentido, colocando que as aulas desta disciplina proporcionam ao estudante o contato direto com ferramentas de potencial análise do mundo, de forma crítica, reflexiva e abrangente.

Na minha experiência que eu tenho tido aqui na minha escola, eu vejo que os alunos eles passam a **desenvolver a crítica**, eles começam a perceber situações que eles não tinham antes observado na vida deles, nas relações deles como indivíduos, então, acho importante porque ela promove a crítica e a reflexão dos alunos sobre a realidade ou a suposta realidade que a gente vive, então é muito satisfatório para mim quando eles falam assim, a professora eu nunca tinha percebido isso, ai você verifica a importância da disciplina, **então eles passam a questionar, passam a querer modificar**. (Informação Verbal¹⁰, grifo nosso)

Em face do exposto, nota-se que o ponto de vista da professora A se assemelha à da professora B, que compreende o conhecimento sociológico como ferramenta de

⁹ Entrevista realizada pelas autoras com a Professora B, docente alocada na Escola Estadual Reinado Damasceno, no dia 25/10/2019, em Macapá-AP.

¹⁰ Entrevista realizada pelas autoras com a Professora A, docente alocada na Escola Estadual Nanci Costa, no dia 28/08/2018, em Macapá-AP.

questionamento da realidade social, com vias a fornecer um pensamento crítico e desnaturalizado das relações sociais, políticas e culturais.

Além do processo de “desnaturalização” que já foi mencionado anteriormente, também observamos em ambas das falas das docentes, o dispositivo do “estranhamento”, que junto com o primeiro, conforme afirma Ferreira e Santana (2018), são métodos de observação da Sociologia, que permite aos jovens a interpretação do cotidiano com a consciência de que os fenômenos políticos, econômicos e culturais são frutos de um amplo processo histórico e social.

Ademais, é interessante notar que as depoentes trataram a importância da sociologia sobretudo pelo viés do questionamento e exercício da cidadania. Não constatamos a incorporação da referida disciplina no sentido mais instrumental e pragmática, isto é, a incorporação da matéria sobretudo para a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); não somente pelas questões específicas de sociologia, mas também, na realização da redação, visto que um dos critérios para obter boa pontuação é redigi-la com base no senso crítico e intervenção social sobre o tema abordado.

Outra indagação que elencamos diz respeito diretamente com os desdobramentos educacionais/formativos da Medida Provisória 746/2016, a saber: “Qual é a sua percepção sobre a permanência ou exclusão da disciplina de Sociologia da grade curricular do Ensino Médio?” Conseguintes captar as seguintes falas:

Eu vejo, que vai ser **qualquer pessoa**, pela que já escutei e li, que vai **trabalhar sociologia e filosofia, vai ser o geógrafo, o historiador, o filósofo e talvez até o sociólogo, mas não vão abrir mais vaga para concurso público para sociologia**. Isso para mim está posto, pois não terá mais necessidade, não está definido, mas são as discussões que estou observando, não sei se essa implementação começará ano que vem, não tenho ainda essa clareza, parece que ainda tem que passar alguma coisa no congresso, uma formalização para jogar na LDB, ela ainda não está na LDB. (PROFESSORA B, grifo nosso).

Quanto aos desdobramentos da Medida Provisória e a possibilidade da retirada da Sociologia como disciplina obrigatória nas matrizes curriculares, a preocupação da professora refere-se ao problema da matéria ser ministrada por docentes de outras áreas. Observamos, nessa perspectiva, a fragilização do quadro docente da Sociologia, que pode se reverberar na extinção de vagas específicas para esta disciplina em concursos públicos, bem como na contratação em unidades de ensino privada.

Podemos inferir que no passado recente existia a ausência de um quadro docente com formação específica na área de ciências sociais, em função da oferta limitada de professores e de cursos de formação superior, o que não é o caso atualmente. Caso qualquer docente de outra área ministre esta disciplina, o que também está em pauta é a gestão administrativa da educação pública, que estimula políticas que priorizam a economia de gastos na contratação de novos professores, e, desta forma, aproveitam os docentes com formação em outras áreas do conhecimento no ensino de Sociologia (VARGAS, 2011).

De acordo com o autor supramencionado, esta prática revela; por um lado, a precariedade da educação pública no Brasil, por outra, ela supõe, ainda, uma desvalorização das Ciências Sociais como área legítima de conhecimento. Dessa forma, presume-se que qualquer professor estaria habilitado para ministrar a disciplina de Sociologia e manusear seus conteúdos e métodos de ensino.

Historicamente **o ensino de sociologia no Brasil é permeado da dualidade inclusão versus exclusão**, provocando um grande movimento de descontinuidade e de certa forma até marginalização deste componente curricular no ensino médio. Eu, enquanto profissional da educação, percebo que o **governo não tem interesse em consolidar a sociologia, pois ela é nociva aos interesses da classe dominante** e a busca do reconhecimento do Ensino da Sociologia é uma dura tarefa que esbarra no problema de lapso temporal de continuidade e descontinuidade, falta de interesse do governo em proporcionar a sociedade um e no de qualidade que forme indivíduos questionadores e conhecedores de seus direitos. A luta dos profissionais das Ciências Sociais é longa, e como a própria história se revela está longe de terminar. (PROFESSORA A, grifo nosso).

Diante do exposto, observamos que a professora ressalta o histórico de descontinuidade da disciplina, soma-se a isso, a resistência do governo em relação ao caráter da disciplina; aqui, o que podemos compreender são aspectos operantes sobre a legitimidade da Sociologia no pensamento social. Quer dizer, se a legislação e os documentos oficiais reconhecem, definitivamente a “legitimidade” da sociologia no contexto de uma nova concepção de educação; por outro lado, essa legitimidade se afirma com dificuldades tanto no âmbito da vida e das práticas escolares como no âmbito da formação de professores.

Sobre a legitimidade, para Vargas (2011), a fragilidade da pesquisa sobre o ensino de sociologia, o limitado acúmulo de experiências e de produção de materiais didático-pedagógicos, a desvalorização da profissão docente e da própria formação de professores são processos que limitam o alcance da “legitimidade” já reconhecida nos documentos oficiais.

Ainda sobre as reflexões do autor supracitado, no processo histórico de banimento da Sociologia dos currículos escolares, a disciplina foi convertida numa espécie de “conhecimento maldito”. Isto é, tal conhecimento maldito não é propriamente um saber inferior, que ocupe ou deva ocupar posições inferiores na hierarquia do saber, e sim, definido como um “conhecimento perigoso”, que sequer deve integrar o quadro de conhecimento e saberes reconhecidos.

Com o processo de redemocratização da sociedade brasileira, esse banimento foi abolido, a sociologia foi reabilitada, considerada legítima, deixando de ser um conhecimento maldito. No entanto, seu processo de integração ao mundo escolar se efetiva através de um reconhecimento insuficiente, frágil, incerto. (VARGAS, 2011, p.5).

Mediante o exposto, compreende-se que a obrigatoriedade da disciplina no espaço escolar é impulsionada sobretudo por uma exigência legal do que uma necessidade oriunda do corpo escolar na construção de uma formação mais humanista. Dado isso, o que é evidenciado por meio da fala da Professora A, é o fato de que a formação, percepção e sensibilidade sociológica esbarra em fortes empecilhos nos valores socioculturais de estruturas sociais específicas de sociedades individualistas, materialistas, competitivas e, em específico, regidas pela lógica governamental do ideário liberal.

E o que eu vejo, na verdade, não vejo manifestação nacional nenhuma sobre isso, eu digo para vocês o seguinte, em 1991, eu estava terminando meu curso de licenciatura vim aqui para estado trabalhar, fui para Brasília, uma amiga e eu, que é a Socorro Oliveira, que ela é até da UNIFAP, antropóloga, professora nas Ciências Sociais. Nós fomos para Brasília, para ir a um congresso que teve lá, discutindo na época a retirada da Sociologia de vez dos currículos, foi para votação, eu ainda não tinha muita noção, tinha acabado de me formar, fui mais fazer número e representando o Amapá. **Nunca ficou muito claro para nós essa situação da obrigatoriedade, por que motivo a disciplina fica somente como uma aula por semana para cada turma? Por que que outros profissionais podem dar sociologia?** Nas escolas particulares se vocês forem fazer uma pesquisa, são poucos de fato que são formados em sociologia/ciências sociais que estão dando aula, pegam qual professor que tenha mais proximidade com disciplina, não tendo fiscalização. (PROFESSORA B, grifo nosso).

Além do seu relato pessoal de luta e participação em manifestações em prol da permanência da Sociologia no ensino médio, observa-se ainda, na fala acima, o quanto histórico de permanência desta disciplina na grade curricular ainda gera dúvidas e incômodos. As indagações giram em torno da baixa carga horária, tal como os porquês que outros docentes podem ministrar a referida disciplina.

Uma aula por semana, assim isso é uma questão problemática pois não estimula nem o professor e nem o aluno, os alunos gostam da sociologia, da

filosofia, nós percebemos que eles gostam, porém não dá para fazer um trabalho que traga um resultado mais amplo e profundo das questões sociais. (PROFESSORA B).

Aqui, o que está em pauta é a legitimidade novamente, pois, embora a professora reconheça os impactos positivos do conhecimento sociológico para os estudantes e o desejo destes pela matéria, uma aula por semana não é suficiente, conforme a fala. A legitimidade passa pela luta da introdução da Sociologia nos currículos escolares, sendo esta uma luta de reconhecimento de um determinado campo do conhecimento, bem como a luta pelo desenvolvimento de certa sensibilidade intelectual e humana no processo de formação dos cidadãos.

Ademais, nos processos de retirada e inserção da Sociologia no ensino médio são sintomáticos para o Ensino Superior também, pois conforme afirma Oliveira (2016), devemos interpretar como polos visceralmente ligados a Educação Básica e o Ensino Superior, ou seja, as transformações que ocorrem naquela tem um impacto nestas. Neste sentido, o autor destaca que a reintrodução da Sociologia em nível nacional a partir da lei nº11.648/08 teria implicado na expansão do número de licenciaturas em Ciências Sociais/Sociologia, especificamente cursos capitaneados pelas instituições privadas e no modelo EAD (Ensino à Distância), possuindo particularidades em cada região.

Os reflexos da implementação da lei acima, tem possibilitado também o amadurecimento nas discussões sobre os diversos modelos formativos sobre o ensino de Sociologia, o que, devido a sua intermitência histórica, não permitiu o desenvolvimento linear da temática (OLIVEIRA, 2016). Essa descontinuidade, para as professoras entrevistadas, gera não somente uma fragilidade da legitimidade da disciplina, como também a incerteza desvalorização profissional e a ausência de oportunidades, tais como a extinção de vagas específicas para professor de Sociologia.

Em acréscimo, Vargas (2011) propõe, que ocupar posições e participar do controle das decisões nesse campo deve se constituir como a condição e o resultado de um e de uma legitimidade socialmente partilhada. Assim, todas as áreas do conhecimento e do saber, as artes, a cultura, os esportes, devem estar representadas no espaço escolar e participar ativamente de um processo de construção pedagógica que reflita de forma crítica e permanente sobre os fins e os meios do processo educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de 2008, a produção científica e teórica sobre o ensino de Sociologia no Ensino Médio ganhou envergadura intelectual e começou a sair do lugar marginal que ocupava historicamente nas agendas de pesquisa das Ciências Sociais em âmbito nacional. Todavia, no percurso investigativo deste trabalho, observamos que a produção acadêmica sobre ensino desta disciplina no estado do Amapá ainda é incipiente; com poucos materiais disponíveis e lacunas existentes.

Dado isso, ao abordarmos o ensino da Sociologia no Ensino Médio de Macapá, objetivamos elaborar um trabalho que possa inspirar outras pesquisas neste recorte temático, bem como viabilizar para a sociedade em geral aspectos do surgimento da disciplina, sua importância e os impactos da lei da Reforma do Ensino Médio no ensino Médio. Além disto, foi possível gerar um diagnóstico inerente às perspectivas das docentes entrevistadas das Escolas Estaduais Nanci Costa e Reinando Damasceno, em relação a relevância da referida disciplina no Ensino Médio e os desdobramentos educacionais/formativos da Medida Provisória 746/2016.

O itinerário que teve como questão-problema apreender a perspectiva dos docentes quanto a Medida Provisória 746/2016, nos evidenciou que, para as professoras entrevistadas, a tal medida expressa uma característica peculiar da Sociologia no Brasil: sua intermitência histórica, que é sintomática para a disciplina em nível profissional e na sua permanência na grade curricular do Ensino Médio. Pois, caso a disciplina seja banida do currículo escolar, para as professoras haverá a fragilização do quadro docente em Sociologia, sem abertura de edital em concursos públicos e na contratação na rede privada.

Nas matrizes curriculares, por sua vez, as professoras atentaram para a legitimidade da disciplina, que é atravessada por opiniões e concepções distorcidas por parte do governo, que não incentiva e reconhece a validade do conhecimento sociológico para a sociedade em geral. Este fato gera a desvalorização da Sociologia como área legítima de conhecimento, desencadeando no desinteresse e/ou desconhecimento do corpo escolar em abordar assuntos sociológicos; elencando tal conteúdo, sobretudo, mais por um viés de exigência legal.

Em função da sua intermitência histórica, constatamos que a obrigatoriedade da disciplina é vista de maneira confusa e insegura pelas professoras, uma vez que a permanência e ou retirada não expressa um fato atípico na história da Sociologia no

Ensino Médio. Assim, constatamos uma perspectiva cética das professoras quanto à estabilidade e permanência da disciplina no currículo; ao mesmo tempo, a ótica que participar e lutar politicamente faz parte do processo histórico da Sociologia e tal postura não pode esmorecer.

Além disto, foi possível apreender que a relevância da disciplina para as docentes consiste em despertar o senso crítico nas relações sociais no cotidiano, a participação e conhecimento de seus direitos e obrigações. As entrevistadas não trataram da disciplina no sentido mais instrumental e pragmático, tais como a preparação para a prova do ENEM. Os aspectos centrais elencados foram os processos de desnaturalização e o conhecimento crítico, com vias a desvelar os processos sociais que circundam a vida dos jovens.

Em linhas gerais, as mobilizações, lutas e manifestações em prol da Sociologia e sua inserção no ensino médio constituem um amplo processo histórico concernente à identidade deste campo do saber. Atentar-se aos movimentos contrários e que almejam banir a disciplina, sobretudo, partindo das instâncias governamentais, torna-se crucial para fortalecer a legitimidade e a continuidade da Sociologia nas matrizes curriculares. Nós, estudantes e profissionais da educação, precisamos nos manter vigilantes e engajados não somente para manter a sua obrigatoriedade, como também, não permitir o afunilamento e a precarização do trabalho docente.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

BRIDI, Maria; ARAÚJO, Silvia; MOTIM, Benilde. **Ensinar e aprender Sociologia**. São Paulo: Contexto, 2014.

MINAYO, Maria C. S (org.); DESLANDES, Maria F.; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

MACHALA, Bárbara. A Reforma do Ensino Médio no Brasil e seu impacto no ensino de Sociologia. **Revista Três Pontos**. Belo Horizonte: n.14, p.17-25, 2019.

FILHO, Domingos; SANTOS, João. **Metodologia Científica**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia Clássica: Marx, Durkheim e Weber**. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

RAMALHO, José Rodorval. **Sociologia para o Ensino Médio**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

RESOLUÇÃO Nº 466, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 06 de jun. 2019.

FEIJÓ, Fernanda. Breve histórico do desenvolvimento do ensino médio de sociologia no Brasil. **Revista Percursos, Florianópolis**, n. 01, p.133-153, 2012.

FERREIRA, Wallace; SANTANA, Diego. A reforma do ensino médio e o ensino de sociologia. **Perspectiva Sociológica**. Rio de Janeiro, n.21, p.41-53, 2018.

PAIXÃO, Alessandro Ezequiel da. **Sociologia Geral**. Curitiba: Ibpex, 2010.

OLIVEIRA, Amurabi. A formação de professores de sociologia na região Norte: configuração e tendências. **Novos Cadernos NAEA**. Belém, n.1, p.253-274, 2016.

VARGAS, Francisco E. Beckenkamp. O Ensino de Sociologia: Dilemas de uma disciplina em busca de reconhecimento. **Prof. Francisco E. Beckenkamp Vargas**. Pelotas, p.1-13, 2011.

APENDICE A – ROTEIRO DE PERGUNTAS

1 – Para você, qual a importância de abordar a Sociologia no Ensino Médio?

2 - Você conhece a medida provisória 746/2016?

3 - Qual é a sua percepção sobre a permanência ou exclusão da disciplina de Sociologia da grade curricular do Ensino Médio?